

Universidades Lusíada

Sezões, Inácia

**Abordagens críticas à luta contra opressões e
privilégios sistémicos : afirmação de uma agenda
anti-opressiva e anti-transfóbica para o Serviço
Social**

<http://hdl.handle.net/11067/8118>

<https://doi.org/10.34628/W48G-K963>

Metadados

Data de Publicação	2024
Editor	Universidade Lusíada Editora
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 64 (2024)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-29T21:02:08Z com
informação proveniente do Repositório

ABORDAGENS CRÍTICAS NA LUTA CONTRA OPRESSÕES E PRIVILÉGIOS SISTÉMICOS:

AFIRMAÇÃO DE UMA AGENDA ANTI-OPRESSIVA
E ANTI-TRANSFÓBICA PARA O SERVIÇO SOCIAL

CRITICAL APPROACHES IN THE FIGHT AGAINST SYSTEMIC OPPRESSIONS AND PRIVILEGES:

AFFIRMATION OF AN ANTI-OPPRESSIVE
AND ANTI-TRANSPHOBIC SOCIAL WORK AGENDA

Inácia Sezões

Assistente Social e Mestre em Serviço Social

Doutoranda em Serviço Social, ISSSL - Universidade Lusíada

ORCID: 0000-0002-9206-8162

DOI: <https://doi.org/10.34628/W48G-K963>

Data de submissão / Submission date: 04.04.2024

Data de aprovação / Acceptance date: 12.09.2024

Resumo: O Serviço Social destaca-se pela sua capacidade em perspetivar, em termos sistémicos, os problemas sociais que enfrenta, mediante uma análise holística das causas estruturais dos fenómenos de marginalização e exclusão social sofridos por certos segmentos da população. As perspetivas analíticas e as orientações argumentativas, aqui apresentadas, têm como principal orientação os contributos de Dominelli (2002) e Mullaly (2010). Ambos os autores definem os conceitos de opressão e de privilégio de um modo robusto e pertinente, que nos permitem situar a sua importância na reflexão sobre uma agenda anti-opressiva e anti-transfóbica para o Serviço Social. Assim, incide-se sobre uma análise crítica dos fenómenos de opressão para informar e alimentar, no seio da comunidade profissional, questionamentos autocríticos que promovem a adoção de políticas e de práticas anti-opressivas.

Palavras-chave: Género; Transgénero; LGBTIQA+; Serviço Social.

Abstract: Social work stands out for its ability to take a systemic view of the social problems it faces, through a holistic analysis of the structural causes of the phenomena of social marginalisation and social exclusion suffered by certain segments of the population. The analytical perspectives and argumentative orientations presented here are mainly guided by the contributions of Dominelli (2002) and Mullaly (2010). Both authors define the concepts of oppression and privilege in a robust and pertinent way, which allows us to situate their importance in reflecting on an anti-oppressive and anti-transphobic agenda for Social Work. It therefore focuses on a critical analysis of the phenomena of oppression in order to inform and nurture self-critical questioning within the professional community that promotes the adoption of anti-oppressive policies and practices.

Keywords: Gender; Transgender; LGBTIQA+; Social Work.

Introdução

A primeira regra do método durkheimiano consiste em romper com as predefinições do objeto (Durkheim, 1987 [1894/5]). É precisamente o passo seguido por Dominelli (2002) que questiona as definições consagradas nos dicionários quando refletimos sobre uma abordagem anti-opressiva. As práticas anti-opressivas propõem, por sua vez, desconstruir as interações opressivas, investindo na construção de relações não opressivas com o objetivo de mudar realidades injustas e desiguais. Sendo assim, apelam à não neutralidade dos assistentes sociais perante as opressões (Dominelli, 2002; Lee et al. 2014; Mullaly, 2010).

Surgindo como um dos palcos onde as relações opressivas são desenvolvidas, as identidades e as representações sociais que incorporam são constituídas “através das interações entre as pessoas” (Dominelli, 2002, p. 10). Assim, é imperativo analisar criticamente as representações sociais para desconstruir práticas e representações opressivas e discriminatórias (Abric, 1998). Recorrentemente, as representações sociais que dão um suporte a identidades presas em relações opressivas transformam arbitrariamente traços distintivos que diferenciam as pessoas umas das outras em atributos de alegadas superioridade e inferioridade. É esta polaridade, superior-inferior, que cria fronteiras, policiadas por ambos os lados, geradoras de dicotomias “nós/eles”, que classificam, ou melhor dizer, desclassificam um “eles” como grupo marginal, desviante ou anormal, por oposição ao grupo de co-pertença identificado nos discursos por “nós”. A exclusão radica em processos fundados na dicotomia “nós-eles”, usando-a para instituir divisões entre as pessoas que pertencem às categorias desejáveis e incluídas e às “outras”, tratadas como indesejáveis e excluídas. Para Bourdieu (2001), o poder de impor a outrem tal dicotomia define o poder simbólico detido e exercido pelos grupos socialmente dominantes.

O Serviço Social destaca-se pela sua capacidade em perspetivar, em termos sistémicos, os problemas sociais que enfrenta, mediante uma análise holística das causas estruturais dos fenómenos de marginalização social e de exclusão social sofridos por certos segmentos da população. A adoção de práticas anti-opressivas efetiva-se, também, e por uma parte decisiva, nas relações diretas, cara a cara, entre assistentes sociais e as pessoas com quem trabalham, relações comunicacionais fundamentadas na compreensão, aceitação e confiança. Ora, para que a relação comunicacional tenha lugar e resulte é preciso, para além de “calçar os sapatos do outro” (Dominelli, 1998, p. 10), que esteja presente, no coração da prática, a solicitude. A solicitude introduz nas relações humanas as condições para reduzir ou mesmo anular as desigualdades entre os interactantes, sendo “fundamentalmente na troca entre dar e receber” (Ricoeur, 1990, p. 220) que se “restabelece a igualdade entre o si e o outro” (Gubert, 2014, p. 84). A solicitude é uma ética prática e praticada que procura restabelecer a igualdade em contextos de relações assimétricas e de desigualdade (Pinto, 2012; Rossato, 2008; Aleixo, 2008).

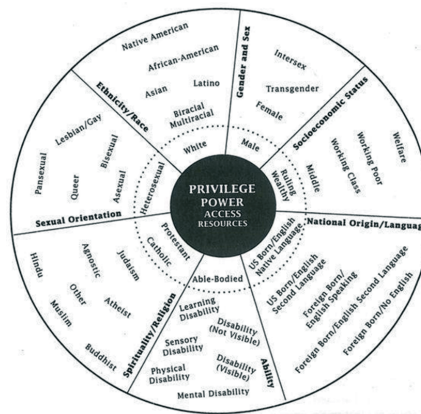
Na primeira parte do artigo apresenta-se uma exposição teórica dos principais conceitos da teoria anti-opressiva, discutindo os conceitos de opressão e de privilégio à luz de Dominelli (2002) e Mullaly (2010) abordados numa perspetiva sistémica. Estas obras são as duas principais referências mobilizadas no corpo do artigo, por meio de uma leitura cruzada, que permite ao leitor compreender os elos de ligação que unem o diagrama de Mullaly (2010), intitulado *Web of Oppression*, seguindo-se as análises críticas das estratégias e práticas dos assistentes sociais desenvolvidas por Dominelli (2002). A última parte evidencia a pertinência das análises anteriores na agenda anti-transfóbica do Serviço Social, que se desenvolve no duplo plano da investigação e da intervenção junto e com a população transexual, nas escalas macro, meso e micro.

Do conceito à rede de opressão: compreender a teoria para a desconstruir

Uma das primeiras críticas apresentadas por Dominelli (2002) é que estas definições convencionais pressupõem a pré-existência bem estabelecida de uma divisão binária entre dois grupos: o dos opressores e o dos oprimidos. Para a Dominelli (2002) trata-se de uma visão simplista e simplificadora de dinâmicas relacionais muito mais complexas. Segundo Young (2005), o fenómeno da opressão é gerado dentro de uma teia de injustiças construída através do exercício de uma dominação por meio da qual uns limitam as possibilidades de ação e o acesso a determinados recursos dos outros.

No contexto do quadro relacional onde a opressão é experimentada e reproduzida, co-existem vários tipos de opressão que produzem uma rede de condicionalismos, multidimensionais, constituindo estruturas de desigualdades (Dominelli, 2002; Oliveira & Jesus, 2019). Esta interseção das dinâmicas da opressão, no quadro de uma estrutura socialmente construída, é bem formalizada no diagrama de Mullaly (2010). Numa só imagem (Figura 1) é possível observar e identificar alguns dos principais eixos de opressão sistematizados pelo autor à luz da sociedade norte-americana, que convida a pensar as suas interseções complexas.

Figura 1 – Diagrama de Mullaly: Rede de Opressão



Fonte: Mullaly, 2010, p. 198.

O diagrama de Mullaly (2010) é dotado de uma grande densidade teórica. Pela adoção do círculo como forma unipolar, o diagrama identifica espacial e visualmente posições centrais, intermediárias e periféricas, para cada seção, graficamente traçada por raios do círculo, associada a um eixo de opressão identificado nominalmente. A população distribui-se nestas posições, identificadas por categorias nominais (branco, transgênero, etc.) próprias a cada seção, ou eixo de opressão, e definidas pela distância ao centro das respectivas posições espaciais ocupadas por estas categorias em cada seção do diagrama. Os eixos intersectam-se em cada pessoa individual, dotado de um perfil identitário multifacetado: cada membro individual da sociedade ocupa uma posição definida em cada eixo definido pelo diagrama. Cada pessoa tem um sexo atribuído à nascença, uma identidade de gênero, uma orientação sexual, uma identidade étnica associada a traços corporais racializados (a cor da pele, por exemplo), uma história migratória e linguística, uma afiliação religiosa ou uma postura perante a religião, um estado de saúde e, por fim, mas não menos importante, um estatuto socioeconómico dentro de estruturas de relações hierárquicas pertencentes à esfera laboral.

O diagrama de Mullaly (2010) define, portanto, uma agenda de investigação, ao serviço de um diagnóstico social que tem vocação a fundamentar e orientar as ações dos assistentes sociais, no seio de cada contexto social. A construção do diagrama e a distribuição da população em cada seção definida por um eixo de opressão elabora um diagnóstico social que procede a uma identificação das categorias sociais mais oprimidas e marginalizadas, por um lado, e as mais privilegiadas, por outro lado, dentro do sistema social. O autor explica que conceito de privilégio pode ser definido pelo traço da auto evidência. Ser heterossexual é uma orientação sexual que goza do privilégio de não precisar de se rodear de justificações para ser aceite como normal. A mesma coisa em relação à cor da pele branca, no contexto da sociedade norte-americana, e assim adiante (Mullay, 2010).

Podemos gerar por meio dos mesmos princípios de construção diagramas mais complexos, em termos interseccionais, ou seja, em termos do número de eixos de opressão contemplados pelo nosso diagnóstico social. Poderia ser pertinente, por exemplo, acrescentar

o idadismo ou o “racismo da inteligência” (Bourdieu, 2002 [1978]) que consiste a converter os diplomas em licenças para rebaixar e menosprezar quem tem graus académicos inferiores aos nossos. O idadismo, preconceito relacionado com a idade da pessoa, é amplamente difundido nas culturas atuais (Bytheway, 2011) e a opressão do idadismo é patente nos variados graus de desrespeito, variando consoante a classe social, género e/ou etnia (Minayo, 2005). O conceito de identidade é definido, por esta abordagem, como uma identidade de posição dentro de um espaço de posições desiguais em termos de centralidade / marginalidade social, e isso, em cada seção. A identidade dos indivíduos é, portanto, por definição, multifacetada ou, melhor dizer, multiposicional. A acumulação por uma mesma pessoa de posições marginais e marginalizadoras em várias seções da rede opressora global intensifica as dificuldades e agrava as opressões que essa pessoa enfrenta na sua vida. Por si só, ser mulher reduz as oportunidades e as facilidades de que goza, todas as coisas sendo iguais, um homem. Esta opressão sexista pode, em certas sociedades, se revelar ser o primeiro e o mais condicionador eixo de opressão. Mas, nas nossas sociedades, se esta mulher for, além de ser categorizada e tratada como mulher, lésbica, negra e em situação de pobreza, então a sua vida será, por um efeito de acumulação e de reforço cruzado das opressões, muito mais dificultada e sofrida. Como estuda e sublinha a abordagem interseccional, as opressões interagem entre si ao se combinarem, no sentido da emergência e da cristalização de um efeito marginalizador agravado global dos seus respetivos efeitos marginalizadores setoriais.

A rede de opressão formalizada no diagrama de Mullaly ultrapassa as abordagens simplistas unidimensionais (ou unisetoriais) ao apreender e fazer compreender que a identidade de posição de uma pessoa é algo complexo e dinâmico, fundamentalmente multidimensional ou interseccional. Cada pessoa pode vivenciar várias opressões e vários privilégios, dependendo dos contextos sociais e das interações com as outras pessoas (Dominelli, 2002; Sisnero et al. 2008). Importa compreender que existem pessoas ou grupo que sofrem algum tipo de opressão num aspeto das suas vidas, que perpetuam opressões contra terceiros em outros aspetos da mesma. A título de

exemplo podemos referir uma pessoa que é xenófoba, ou seja, opressora em relação a pessoas de etnia diferente da sua, e que, paralela e simultaneamente, é oprimida por outros com base na sua identidade de género. O conceito de “fluidez de posições” regista e analisa esta complexidade, ignorada pelas definições dos dicionários.

No estudo das estratégias identitárias das pessoas que enfrentam processos de opressão, que denomina processos de estigmatização social, Erving Goffman (1988) chamou a atenção sobre o facto de que o grupo de pessoas que só acumulam posições centrais e, portanto, que gozam do privilégio de não serem atacados na sua identidade, em nenhuma seção, é, por exclusão de partes, sempre minoritário (em termos numéricos). Para o autor “(...) [Há] só um tipo de homem que não tem nada do que se envergonhar: um homem jovem, casado, pai de família, branco, urbano, do Norte, heterossexual, protestante, de educação universitária, bem empregado, de bom aspeto, bom peso, boa altura e com um sucesso recente nos esportes” (Goffman, 1988 [1963], p.139).

Isto significa que os processos de opressão condicionam as vidas da grande maioria das pessoas. Os modos de atuação (ou produção dos seus efeitos na vida real de pessoas concretas) das opressões são extremamente diversificados, algo que o diagrama de Mullaly (2010) não permite visualizar e analisar com detalhes. Podem, porventura, atuar através dos meios de ação Estado Central ou do Poder Local, quando uma Constituição, algum diploma legal, ou um regulamento local, consagra desigualdades de condição. Ou seja, podemos identificar situações como, a título de exemplo, proibir: uma mulher de ter o direito de conduzir um automóvel, só por ser mulher; a uma pessoa negra, de ter o direito de se sentar num determinado lugar num transporte público, só por ter uma pele de uma determinada cor; etc. Pode atuar nas empresas, do setor empresarial do Estado ou do setor privado, por meio de políticas de contratação e de gestão de recursos humanos que confinam certas pessoas à ocupação de posições subalternas e dificultam o seu acesso a posições mais valorizadas, no plano salarial nomeadamente. Numa sociedade do assalariado generalizado, que faz depender do emprego o estatuto social e as condições de vida da maioria das

peçoas, a precarização dos vínculos laborais pode contribuir para a marginalização de certas peçoas no seio de uma empresa. Vínculos laborais precários podem fragilizar e dificultar a vida de determinados segmentos da população. Em todos os exemplos apontados, existe um grupo de peçoas dotadas do poder de regulamentar e de condicionar, positiva ou negativamente, a vida de outras peçoas (Ruling Class), grupo que se coloca a si próprio em posições vantajosas para acumular a riqueza.

Por fim, para compreendermos plenamente o alcance de um dos pontos sublinhados com insistência por Dominelli (2002), é necessário que, quando os modos de atuação, formais e informais, se combinam, ou seja, quando é uma peçoas que ocupa um cargo de decisão a partir do qual exerce um poder sobre outrem (o poder de contratar alguém ou de eliminar a sua candidatura, por exemplo) que olha com censura e desdém outra peçoas que depende das suas decisões, então a opressão é máxima. Assim, defende a autora, que é por meio de relações concretas entre peçoas concretas, que ocupam posições de poder desigual, que, em larga medida, as opressões atuam (Dominelli, 2002).

Estratégias e respostas perante as opressões

Perante as opressões, as estratégias e as respostas podem ir desde a acomodação até a resistência e/ou à construção de relações de igualdade enquadradas em relações éticas e de justiça social (Dominelli 2002). Acomodar-se é adaptar-se a si próprio a um contexto opressor sem o tentar alterar. Desta forma, é relevante desenvolver uma perspetiva crítica sobre o seu enquadramento, particularmente no domínio do Serviço Social.

Para Dominelli (2002), a acomodação é uma resposta adaptativa que fomenta uma colaboração voluntária dos indivíduos com as opressões que atuam contra eles ou contra terceiros. A análise desta resposta às opressões tem vocação a provocar uma inquietação por parte dos assistentes sociais e a desencadear e estimular uma reflexão dentro do Serviço Social: em que medida as ações e as práticas dos assistentes sociais se enquadram ou não num paradigma da

acomodação ou do incentivo à acomodação? Não se inquietar com a acomodação é compactuar com ela. Fica aqui claro que o Serviço Social anti-opressivo é um Serviço Social autocrítico, que não hesita em documentar e denunciar a existência de práticas opressivas no seio da profissão (Dominelli, 1998). A acomodação é uma estratégia desinteressante do ponto de vista do Serviço Social anti-opressivo. Mantém intacto e inalterado o contexto opressivo, limitando-se a pressionar os indivíduos para se adaptarem a ele.

A resistência é outra resposta possível à opressão. Assenta numa não adesão ao sistema opressivo e é orientada para o mudar. A resistência acontece quando pessoa ou um grupo oprimido não aceita uma imposição ou ordem injusta e faz valer o seu direito (Buzanello, 2002). É um direito que fundamenta o processo dos direitos humanos e efetiva a democracia, evoca a participação e a cidadania ativa, além de evitar posições opressora que colocam em risco os direitos conquistados e consagrados (Rebouças, 2017).

A opressão combate-se e responde-se também através do igualitarismo. Dominelli (2002) entende por igualitarismo a existência de uma lógica de co-construção de relações não opressivas numa base de igualdade. Há, num determinado contexto, de ambos os lados, opressor(es) e oprimidos(s), a consciência que a mudança se faz em conjunto. A consciência, sobretudo do lado opressor, que a opressão maltrata o(s) Outro(s), cria condições internas para agir e tornar-se um agente de mudança.

A história encarrega-se de nos mostrar situações em que o opressor se tornou um agente de mudança face à opressão e colaborou ativamente na sua desconstrução. Podemos citar, a título de exemplo, a “escravatura negra”¹, cujo término só foi possível porque do lado do opressor ou de alguns grupos opressores, existia uma consciência da injustiça que essa prática embarcava. Numa data mais recente podemos mencionar o direito de alteração

¹ Utiliza-se o conceito “escravatura negra” com referência às pessoas negras, compradas e vendidas no mercado de escravos com a finalidade de serem escravizados pelos brancos. Serve igualmente para diferenciar da escravatura atual. Segundo as Nações Unidas, em dezembro de 2020 existiam mais de 40 milhões de pessoas escravizadas no mundo. Dados disponíveis em: <https://news.un.org/pt/>

do nome no registo civil das pessoas transexuais² apresentado por iniciativa legislativa do XVIII Governo, através da Proposta de Lei n.º 37/XI³ que propunha “combater todas as discriminações e, em particular, envidar todos os esforços no sentido de proporcionar a todas as pessoas, independentemente da sua orientação sexual e identidade de género, o pleno usufruto dos direitos constitucionais. Com este passo, acreditamos contribuir para uma sociedade mais justa, estruturada no respeito pelos direitos fundamentais, pela democracia e pelo valor da inclusão de todas as pessoas”. Esta proposta foi aprovada, passando a Lei n.º 7/2011, de 15 de março, após o normal processo legislativo, a criar o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil, bem como a proceder à sétima alteração ao Código do Registo Civil.

A opressão e as respostas à mesma são questões que interpelam, necessariamente, o serviço social e os seus profissionais. Responder de forma competente e útil, exige do assistente social conhecimento do que está a acontecer e porquê, evitando assim práticas desorganizadas e espontâneas (Viscarret, 2014). Compreender a opressão e as dinâmicas que a produzem e reproduzem evita, além de práticas desorganizadas, que os assistentes sociais exerçam, direta ou indiretamente qualquer tipo de opressão. Que se envolvam em processos de normalização promotores, por um lado, de desigualdades e opressão, e, por outro lado, dos valores e interesses dos grupos opressores dominantes. A normalização ou produção de normas óbvias e inquestionadas resulta de processos de interiorização, ratificação e reprodução pré-reflexiva das relações desiguais como normais e autoevidentes, representando, por isso mesmo, uma ameaça para a implementação de uma agenda anti-opressiva na intervenção e na investigação em Serviço Social. Interiorizada e assimilada, cada opressão é transportada para as rotinas e as práticas diárias sem necessidade de questionamento (Dominelli, 2002).

² A opressão sentida pelas pessoas transexuais será aprofundada mais à frente neste artigo.

³ Proposta de Lei n.º 37/XI/1 - Disponível para consulta em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=35626>

A abordagem anti-opressiva fundamenta-se no referencial ético-político que define a opressão e a desigualdade como problemas sociais e fracassos coletivos à luz da Democracia e do Princípio de Igualdade, requerendo por isso, uma atenção urgente como salientado: “Numa sociedade que se pretende igualitária e promotora de relações democráticas entre indivíduos e grupos, o fracasso coletivo em corresponder a essas aspirações requer atenção urgente” (Dominelli, 2002, p. 8). É por uma atenção autocentrada, autocrítica e autovigilante aos processos relacionais nas quais participam, que os assistentes sociais podem combater o agravamento das desigualdades e a intensificação das opressões. Uma das condições necessárias a um tal processo consiste na saída do paradigma da acomodação assente numa perspetiva determinística que minora ou oculta por completo as capacidades de ação das pessoas e dos próprios assistentes sociais. Se a opressão ocorre no quadro de relações reais entre pessoas concretas, como sublinha Dominelli (2002), isso significa que não somos necessariamente reprodutores passivos e acomodados, mas que está ao nosso alcance ser agentes de mudança. É no centro destas relações, produzidas e reproduzidas através das interações, que a resistência à opressão pode ter lugar.

Identidade, transexualidade e relações opressivas: intervenção e investigação em Serviço Social

No plano da identidade de género, entre outras, podem ser categorizadas como “cisgéneros” as pessoas que se identificam com o sexo atribuído à nascença, e como “transexuais”, as pessoas cujo sexo atribuído à nascença entra em conflito com a perceção que têm do género a que pertencem (Cunha, 2018; Rodrigues & Alvarenga, 2015; Saleiro 2013). A opressão das pessoas transexuais está relacionada com o estigma associado às características percecionadas como desviantes do binarismo sexual instituído como norma e normalidade-padrão. O preconceito contra quem não se auto-define em termos binários gera olhares de reprovação e discursos agressivos, que constituem uma barreira atitudinal cujos efeitos marginalizadores e discriminatórios são maximizados quando a mesma

é erguida e mantida por pessoas com poderes de decisão sobre a vida de outrem.

As pessoas transexuais, por muitas vezes, dificilmente conseguem aceder aos direitos básicos (habitação, saúde, etc.) e o seu acesso ao trabalho é muito dificultado. Nas sociedades heteronormativas, estas pessoas são olhadas de forma estereotipada (Vasconcellos, 2014). Além disso, sofrem opressão desde o momento que assumem a sua identidade de género começando, para alguns deles, pela família, experiências negativas que se alargam a diversos contextos, como frequentar uma escola ou, mais simplesmente, circular nas ruas de uma grande cidade ou de uma vila (Bento, 2006).

O Serviço Social tem um papel a assumir e a desempenhar na desconstrução da transfobia e na luta contra as opressões sofridas pelas pessoas transexuais, em associação e aliança com elas, nas suas lutas para o pleno reconhecimento e respeito do princípio da sua igualdade em dignidade e do seu direito a ter e exercer os seus direitos. Adotar práticas anti opressivas e anti discriminatórias, como já referimos, requer dos assistentes sociais um conhecimento profundo das relações que produzem e reproduzem a opressão. Nas questões do género e da identidade de género não será diferente. O combate contra a opressão sofrida pelas pessoas transexuais, que implica desenvolver competências e práticas de intervenção com estas pessoas, exige também uma não neutralidade, na medida em que estas práticas irão enfrentar o binarismo e a heteronormatividade instituídos. Práticas opressivas perpetradas pelos assistentes sociais junto da população transexual ou de grupos LGBTIQ+, podem condicionar a vida dessas pessoas, prejudicando-as (Almeida, 2009; Ramalho, 2021).

Quanto à investigação científica, enquanto motor de processos de consciencialização e de reconhecimento das questões sociais, é, para o Serviço Social, uma forma de orientação para a prática dos assistentes sociais. É através da investigação que é possível demonstrar evidências que existem pessoas que estão a sofrer de exclusão e opressão das mais diversas formas e alterar o olhar sobre as diversas matérias investigadas/estudadas e assim derrubar estereótipos, preconceitos e estigmas. A investigação pode contribuir para introduzir a transexualidade e as opressões transfóbicas na agenda do Servi-

ço Social, corresponsabilizando os assistentes sociais pela efetivação dos direitos e pela promoção do bem-estar destas pessoas. Estimular o debate entre os profissionais que trabalham no terreno e os profissionais que trabalham na docência e na investigação académica é uma linha de ação importante para a adoção de atitudes e de práticas anti-opressivas (Ferreira, 2010; Saleiro, 2013; Ramalho 2020).

Promover a agencialidade das pessoas em luta contra opressões exige necessariamente intervir sobre e dentro dos contextos em que estas opressões ocorrem, o que torna o trabalho do assistente social “altamente político”, sublinha Dominelli (2002, p. 24). Ainda que os seus profissionais trabalhem dentro de sistemas opressores, contrários aos valores fundantes da profissão, o Serviço Social é, sempre, imperativamente, por definição, um projeto ético-político, erguido sobre a Dignidade Humana, a Liberdade e a Justiça Social. A neutralidade, quando estes valores são colocados em causa, não pode existir.

Como nota Dominelli, os Assistentes Sociais não trabalham fora do sistema opressivo “de forma imparcial e neutra” (Dominelli, 2002, p. 35-36). Auto-limitar-se, na sua prática profissional, a um princípio de igualdade de tratamento de todos as pessoas, e adotar uma atitude hostil à implementação de medidas de discriminação positiva, é praticar uma forma de negacionismo das opressões que dificultam as vidas de alguns e não de outros, que Dominelli, num discurso autocrítico forte, não hesita em qualificar de mentira, desmentida pelas “experiências diárias de muitos indivíduos e grupos” (Dominelli, 2002, p. 29). Saber mais sobre estas experiências diárias, por meio do conhecimento científico, é contribuir para uma maior adoção em Serviço Social de perspetivas e de práticas anti-opressivas.

Conclusão

As abordagens anti opressivas que identificamos em vários autores têm como vocação constituir um dos principais quadros teóricos dos estudos dedicados às condições de vida e de trabalho das pessoas transexuais e às intervenções sociais direcionadas para esta população específica. As principais referências bibliográficas (Dominelli, 2002; Mullaly, 2010) definem os conceitos de “opressão” e

de “privilégio” de um modo robusto e pertinente, que sustentam as análises críticas dos fenómenos de opressão na população geral ou num dos seus segmentos e, para informar e alimentar no seio da comunidade profissional, questionamentos autocríticos que promovem a adoção de políticas e de práticas anti-opressivas.

Os olhares de desconfiança ou de censura, não acompanhados de palavras, podem atormentar e dificultar a vida social de determinadas pessoas, como testemunham as pessoas transexuais. Não é preciso dizer nada para estigmatizar e censurar alguém, só do olhar. Os censores exercem, a partir de uma posição dominante, um poder legitimado aos seus próprios olhos por traços transformados em “normas que deveriam ser seguidas por todos”. A produção social e política de normas por referência às quais pessoas são censuradas, estigmatizadas e marginalizadas é um processo fundamental em termos de geração e perpetuação da rede de opressões. As piadas (sexistas, homofóbicas, racistas, etc.) contribuem para fomentar a coesão do grupo dos censores que sancionam do olhar os que desviam das “normas que todos deveriam seguir”. Nada justifica à partida a transformação duma cor de pele ou de um sotaque em norma por referência às quais as pessoas são distinguidas e hierarquizadas entre si. Como sublinha Pierre Bourdieu, a escolha de um traço para servir de norma é sempre arbitrária, no sentido de desprovida de justificação intrínseca. Tomar consciência desta arbitrariedade das normas reificadas pelos comportamentos opressivos é dar um passo decisivo para romper e desconstruir as opressões. Teorizar e compreender as opressões é uma condição necessária para proceder à sua desconstrução. A análise da rede de opressão não deve ser compreendida como uma análise estática. Esta muda de acordo aos contextos sociais onde é aplicada. Compreender a opressão é essencial para identificar as suas dinâmicas e contextualizá-las socialmente. Um traço ou um atributo (a cor da pele, por exemplo) pode ter muita importância em determinados contextos e nenhuma importância, ou quase, noutros.

As pessoas transexuais sofrem opressões e discriminações qualificadas de transfóbicas, que importa resituar numa análise mais global dos fenómenos de opressão, atenta à sua dimensão sistémi-

ca e às suas interseções. Os atos de discriminação sofridos à escala individual pelas pessoas transexuais não são atos isolados uns dos outros, mas parte de práticas generalizadas e sistêmicas, que causam a sua estigmatização social em larga escala e, por conseguinte, a sua marginalização social.

Diante dos tempos conturbados em que vivemos, marcados por mudanças sociais e políticas que alimentam a desinformação, a transfobia e diversas formas de opressão, o Serviço Social é convocado, cada vez mais, a comprometer-se, a assumir uma agenda anti-opressiva e anti-transfóbica, contruir práticas profissionais informadas, éticas e eficazes, alinhadas com seus valores primordiais e fundamentais, como a defesa dos direitos (de todos/as) humanos, a promoção da igualdade e da liberdade (de Ser). Os Assistentes Sociais devem sim, chamar a si a responsabilidade de procurar influenciar as políticas no sentido de fazer valer a democracia, a dignidade humana e a justiça social. Estas abordagens não apenas reconhecem as múltiplas formas de opressão e discriminação que indivíduos transgéneros enfrentam, mas também desafiam ativamente as estruturas sistêmicas que perpetuam essas injustiças. Ao adotar uma perspetiva anti-opressiva, os assistentes sociais capacitam-se a criar ambientes mais inclusivos e seguros, respeitando e valorizando a diversidade de identidades de gênero. Além disso, uma agenda anti-transfóbica realça a necessidade de intervenções sensíveis e informadas, que atendam às necessidades específicas da população transgénero.

Referências bibliográficas

- Abric, J. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In A. S. Moreira & D. C. Oliveira (Eds.). Estudos interdisciplinares de representação social. Ed. AB.
- Aleixo, M. (2008) Estima de si, Solicitude, Igualdade. O triângulo de base da Vida Ética segundo Paul Ricoeur. LusoSofia.
- Almeida, A. et al. (2000). Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. *Temas em Psicologia*, 8(3), 257-267.

- Almeida, G. (2009). Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homofobia pelos/as assistentes sociais. *Revista O social em questão*, 20(9), p.117-141.
- Bento, B. (2006). *A Reinvenção do Corpo. Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual*. Garamond.
- Bourdieu, P. (2002). *Le racisme de l'intelligence* (1978). In *Questions de sociologie*. 2. ed. (p. 264-268) Minuit.
- Bourdieu, P. (2001). *O poder simbólico*. (4.^a ed.). Difel
- Buzanello, J. (2002). *Direito de resistência constitucional*. Rio de Janeiro: América Jurídica.
- Bytheway, B. (2011). *Unmasking age: the significance of age in social research*. Policy Press.
- Cunha, L. R. (2018). Direitos dos Transgêneros sob a perspectiva europeia. *Debater a Europa*, (19), 47-55.
- Dominelli, L. (1998). Anti-oppressive practice in context. Em R. Adams, L. Dominelli & M. Payne (Orgs.), *Social work: Themes, issues and critical debates* (pp. 3-22). Macmillan Press.
- Dominelli, L. (2002). *Anti-Oppressive Social Work: Theory and Practice*. Palgrave Macmillan.
- Durkheim, E. (1987). *Les règles de la méthode sociologique* (1894/5). PUF.
- Ferreira, J. (2010). Questão social e intervenção profissional dos assistentes sociais. *Revista Textos e Contextos*, 9 (2), 209-217.
- Goffman, E. (1988). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (1963). Guanabara.
- Gubert, P. (2014). A pequena ética de Paul Ricœur. *Impulso*, 24(59), 81-91.
- Lee, B. et al. (Eds.) (2014). *Glossary of terms for anti-oppressive perspectives on policy and practice*. (2.^a ed.). CommonAct Press.
- Minayo, M. (2005). *Violência contra os idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria. Especial dos Direitos Humanos*.
- Mullaly, B. (2010). *Challenging Oppression and Confronting Privilege: A Critical Social Work Approach*. (2.^a ed.). Oxford University Press.
- Oliveira, F. & Jesus, J. (2019). *As faces da opressão: Sobre a natureza da violência transfóbica*. Ed. Ape'Ku.

- Pinto, L. (2012). A tríplice constituição da perspetiva ética de Ricoeur. *Rev. Synesis*, 4(2), 45-62.
- Ramalho, N. (2020). 'Virar travesti': Trajetórias de vida, prostituição e vulnerabilidade social. *Tinta da China*.
- Ramalho, N. (2021). A formação em serviço social para a intervenção na diversidade de género e sexual. *Temas Sociais*, 1, 122-131.
- Rebouças, A. (2017). O direito de resistência como instrumento de participação popular e de cidadania. In H. Cardoso et al. (Coords.). *Constituição e democracia I*. Conpedi.
- Ricoeur, P. (1990). *Soi-même comme un autre*. Editions du Seuil.
- Rodrigues, E. & Alvarenga, M. (2015). Transexualidade e dignidade da pessoa Humana. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, 10(1), 72-93.
- Rossato, N. (2008). *Viver bem: Ética e Justiça*. Mente, Cérebro e Filosofia, 11, 26-33.
- Saleiro, S. (2013). *Trans Géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género*. Tese de Doutoramento em Sociologia. ISCTE-IUL.
- Sisneros, J. et al (2008). *Critical Multicultural Social Work*. Lyceum.
- Vasconcellos, L. T. de. (2014). *Travestis e Transexuais no Mercado de Trabalho*. In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 10., 2014, Rio de Janeiro.
- Viscarret, J. (2014). *Modelos y métodos de intervención en Trabajo Social*. Alianza Editorial.
- Young I. (2005). Self-determination as non-domination. *Ethnicities*, 5(2), 139-159.